

## O PREFIXO E SUAS DIVERSAS ABORDAGENS

Paulo Mosânio Teixeira DUARTE<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este artigo pretende apresentar criticamente as diferentes abordagens referentes aos prefixos, nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa e em obras fundamentadas na lingüística. Nestas, baseamo-nos nos seguintes parâmetros: transformação, produtividade, correspondência entre prefixo e preposição, perspectiva operacional. Após apresentar estes diferentes pontos de vista, concluímos não serem eles suficientes por si sós para identificar o prefixo. É conveniente reconhecer a existência de prefixos típicos, tais como in-, re- e des-, e daqueles não-típicos, como sobre- e contra-, caracterizados por correspondência formal, mas não distribucional com formas livres e/ou por uso braquissêmico
- **PALAVRAS-CHAVE:** Radical; raiz; prefixo; sufixo; distribuição.

### 0 Introdução

A prefixação tem sido objeto de enfoques os mais diversos, na tradição gramatical e em lingüística. Propusemo-nos então a este trabalho, a fim de situar o processo nas gramáticas normativas de língua portuguesa, no contexto prévio do legado clássico. No que tange ao

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras – Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará – 60020-180 – Fortaleza – Ceará – Brasil.

enfoque lingüístico, servimo-nos do seguinte roteiro: a) o critério transformacional; b) o critério da produtividade (em termos de número), nas duas versões: oposição inventário limitado/inventário ilimitado; a formação de palavras em série; c) o critério morfo-semântico; d) o critério baseado na operacionalidade do conceito de raiz.

Esperamos, assim, apontar para uma síntese que ofereça meios para a identificação do elemento prefixal. Esta síntese, apresentada na conclusão, encontra-se delineada em parte, quando, procedendo ao exame das perspectivas acima, mostramos a insuficiência das mesmas. Para superá-la, pautam-nos as seguintes questões: até que ponto são tangíveis, coerentes e estruturais os critérios adotados? Em que medida são estes critérios compatíveis com os dados lingüísticos? Não apreendem entidades de comportamento lingüístico heterogêneo?

## **1 A tradição gramatical**

### **1.1 A prefixação na tradição clássica**

Na *téchne grammatiké*, de Dionísio da Trácia, dentre outros tópicos, o insigne estudioso procedeu à investigação das partes do discurso e das propriedades acidentais para uma determinada classe de palavras, quando isto era cabível. Constituem, por exemplo, acidentes do nome: gênero, tipo, forma, número e caso. O tipo abrange as noções de primitivo e derivado e a forma, as noções de simples, composto e derivado de composto.

Detenhamo-nos na forma ou figura. Neves (1987), ao falar sobre a preposição, na perspectiva dionisiana, informa-nos que esta parte do discurso se caracterizava por ser colocada antes das demais, em composição ou em construção (sintaxe). Apolônio Discolo continuou a caracterizar a preposição nos moldes de Dionísio. Considerava este conectivo, mesmo na condição preverbal, parte do discurso (cf. Neves, 1987, p. 158).

A tradição gramatical latina não deixou naturalmente de sofrer forte influência helênica, que se manifestou plenamente na obra de Prisciano. Para o latim, distinguia as noções de primitivo e derivado das de simples e de composto.

Por um longo período, vigorou o ensinamento de Dionísio e Apolônio, através do seu discípulo romano. Na Idade Média, tal doutri-

na se refletiu parcialmente entre os gramáticos especulativos (assim também chamados porque viam na linguagem um reflexo ou um espelho – latim *speculum* – do pensamento). Uma teoria de vulto entre os especulativos foi a de Tomás de Eckfurt (1947), que, mantendo a tradição clássica, conservou a diferença entre derivação e composição. Se tomamos como exemplo o capítulo XV, relativo à espécie accidental do nome, constatamos que o termo *espécie* se relaciona especificamente à formação sufixal, definida em termos abstratos, como um modo de significar a coisa em seu ser secundário. Em se tomando como ilustração o capítulo XVIII, concernente à figura accidental do nome, nota-se que o termo *figura* se liga à noção de prefixação.

Merecem destaque reflexões de Tomás de Eckfurt (1947) sobre os elementos sem correspondência preposicional e sobre o paralelo estabelecido tradicionalmente entre preposição por construção e preposição por composição. A despeito da condução não muito clara do raciocínio, Tomás de Eckfurt (op. cit., p.132) chegou filosoficamente a conclusões similares às da lingüística: no plano vocabular, elementos ligados formalmente às preposições não são categorizáveis como preposição, porque perdem o caráter relacional.

A tradição clássica perdurou por longo tempo. No Renascimento, embora o latim continuasse a ter lugar de destaque nas reflexões dos estudiosos, houve uma tendência para se introduzirem inovações na terminologia tradicional, de modo que se contemplasse, ao menos em parte, a diversidade das línguas. Fernão de Oliveira (1975) e João de Barros (1957), gramáticos portugueses, se mostraram inclinados a adotar as imprescindíveis inovações.

## **1.2 A prefixação nas gramáticas de língua portuguesa pré-NGB**

O fundamento científico para o estudo vocabular na gramática de Fernão de Oliveira (1975) se encontra na Etimologia voltada para as *dicções*, entre as quais nos interessam de perto: as apartadas e as juntas, as primeiras e as tiradas.

As primeiras são, segundo o autor, divisíveis em letras e sílabas, ou não podem sofrer divisão, quando constam de uma só letra. Abrangem muitas conjunções, preposições e advérbios “e outras partes assim das que eles dizem que se não declinam como também das declinadas, ora sejam artigos ou quaisquer outras” (Oliveira, 1975, p.89). As segundas, por sua vez, são aquelas “cujas partes apartadas significam ou

podem significar e são dicções por si ou partes de outras dicções em que primeiro serviam, e donde têm seu primeiro e próprio nascimento, ao contrário das apartadas" (op. cit., p.90). Incluem formações prefixais e também composicionais. As terceiras se caracterizam por serem dicções "cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as primeiro pôs" (op. cit., p.99-100). As últimas, também chamadas derivadas, são aquelas "cujos nascimentos vêm de outras algumas dicções donde estas são tiradas" (op. cit., p.100). Os exemplos são apenas de formações sufixais.

Outro gramático, João de Barros (1957), deu a lume uma obra de caráter mais orgânico e sistemático que a de Fernão de Oliveira (1975). Em conformidade com o padrão clássico, procede ao estudo das classes vocabulares, levando em consideração as espécies e as figuras.

É com Soares Barbosa (1871), herdeiro do Cartesianismo de Port-Royal, que se esboça uma certa reação à imposição do modelo latino à gramática de língua portuguesa, embora guarde alguns vínculos com a tradição. Mantém, por exemplo, as noções de espécie e de figura. No entanto, apresenta algumas colocações incongruentes. Tratando, *verbi gratia*, dos substantivos, reconhece os *derivados compostos*, o que é estranho, pois se conjuga o que os autores costumavam separar: a figura fica inclusa na espécie. Em outro passo, constatamos que a composição se comporta como um fenômeno à parte. Afinal, o princípio que sustenta a existência do processo composicional é a junção de "duas ou três palavras portuguesas ou inteiras ou alteradas com alguma mudança" (op. cit., p.85). Embora imbuído de propósitos sincrônicos, não deixa o autor de apelar para a diacronia, ao admitir como compostos impróprios verbos como *affligir* e *exhortar*.

Em língua portuguesa, como contrapontos à gramática sincrônica de Soares Barbosa, só vamos encontrar obras importantes entre aquelas de caráter diacrônico, que assinalam uma filiação doutrinária e ideológica com o historicismo e o evolucionismo. Merecem ser citadas as obras de Júlio Ribeiro (1911), João Ribeiro (1893), Maciel (1914), Oiticica (1958) e Pereira (1943). Embora alguns não possam ser exatamente inseridos no contexto histórico referido, filiam-se a ele pela ideologia.

Nos estudos etimológicos é que aflora em plenitude o ideário diacrônico de Júlio Ribeiro. O afixo é definido como "a palavra que, ajuntada a uma palavra já existente ou ao seu tema, lhe modifica a significação, por meio de uma idéia acessória que lhe acrescenta" (Ribeiro, 1911, p.167). Causa estranheza o uso do termo *palavra* para se

referir ao afixo. Ademais, a definição, indisfarçavelmente nocional, não difere de muitas anteriores e mesmo posteriores, pecando por falta de operacionalidade. Esta definição de afixo esbarra em contradição com uma afirmação por parte do autor de que há afixos que não alteram a significação do tema.

As palavras prefixalmente formadas são chamadas *derivadas compostas*. A terminologia nada esclarece, não deixando claro, portanto, o *status* da prefixação em particular. Ao abordar os substantivos e os verbos compostos, o autor opta por incluir a prefixação na composição. Observe-se que já não fala mais de derivados compostos, mas de compostos, tão simplesmente. Pairam, no entanto, indagações. Basta que reflitamos sobre os exemplos: *subchefe*, *dispôr*, *repôr*, *suppôr*. Só as formações com *sub-* são compreensíveis, se levarmos em conta a ótica diacrônica do autor. Entre os verbos compostos, referindo-se às formações *entreabrir*, *transluzir* e *ultrapassar*, trata-as como de estrutura *advérbio + verbo*.

João Ribeiro (1893), como o autor anteriormente citado, opta por enquadrá-la nos quadros da composição. Os prefixos são definidos em termos de maior densidade semântica que os sufixos. Feita a devida avaliação do critério, concluímos que ele não é satisfatório. A rigor, não chega a ser um critério, porque a maior densidade semântica do prefixo só pode ser constatada após sua identificação.

Maciel (1914), por sua vez, só contempla análises morfológicas, com apelo ao latim. Repete basicamente o que diz Júlio Ribeiro (1911) sobre a raiz e os elementos afixais, em termos acentuadamente semânticos. No que tange especificamente ao prefixo, destaca-lhe a ligação com preposição e o advérbio e classifica-o como elemento de composição. Ressalta que o afixo inicial modifica a significação da palavra a que se adjunge. Com base nesses pressupostos, divide os prefixos em expletivos (*e-* strela, *e-* screver), inxpletivos (*re-* fazer, *ex-* pagnar), assimilados (*col-* légio, *ap-* parecer) e justapostos (*ex-* chefe, *vice-* rei).

Para se depreenderem os prefixos expletivos e assimilados, é evidente o apelo à diacronia. A propósito dos expletivos, vale dizer que só por mera concessão terminológica podem ser chamados de prefixos, já que não passam de segmentos fônicos que se acoplaram proteticamente a *stella(m)* e *scribere*, respectivamente. Referentemente aos assimilados, é de notar-se o apelo à escrita, cujo caráter conservador é conhecido. Finalmente, é questionável a postulação de um prefixo justaposto, segundo a orientação de cunho gráfico baseada no hífen.

Oiticica (1958) é outro autor do período, que se destaca por imprimir uma marca pessoal no modo de ver os assuntos, sem preocupar-se com a precisão das definições. Na morfologia, oferece um quadro geral das *morfoses* (sic), que conglobam raiz e radical, e os mais diversos afixos só recuperáveis historicamente. Ao mencionar a expansão da raiz em radical, fala nas seguintes formas expandentes: palavras-prefixos e palavras-sufixos. Estranha-nos o termo *palavra*, que foge a nossa compreensão habitual. A confusão aumenta na página 73, quando o autor afirma que “cada palavra-prefixo, como aliás todo prefixo ou sufixo, tem sua raiz”.

Pereira (1943), por fim, define, à semelhança de outros gramáticos, o prefixo pela posição e pelo sentido, mais exatamente por sua condição semântica ancilar em relação ao tema. À maneira de Maciel (1914), divide os afixos iniciais em expletivo e inexpletivo. Ele opõe os prefixos separáveis, que correspondem a preposições e advérbios, aos inseparáveis, que funcionariam apenas como formas presas. Ao menos nisto, não incide no erro de repetir o já consagrado refrão da correspondência plena entre prefixos e elementos vocabulares pertencentes à classe preposicional ou à adverbial.

O autor contenta-se com uma classificação dos prefixos (e também dos sufixos), conforme os seus matizes semânticos. Isto, porém, em nada ajuda, porque tal classificação só faria sentido se tivessem sido estabelecidos os critérios identificadores dos afixos.

Em suma, nas gramáticas historicistas, foi mantida a doutrina clássica no tocante à prefixação, incluída na composição. Foi Said Ali que, como marco, pôs em dúvida este legado.

Said Ali (1966) explicita que não há cabimento para se estudarem os prefixos noutro setor que não o derivacional. Elucida: há prefixos que, mesmo sob ótica diacrônica, jamais corresponderam a preposições ou a advérbios em latim ou em outra língua indo-européia. Pondera ainda: “além disso, muito é de notar que quando se demonstrasse a existência real dessas sílabas em passado remoto, não já como elementos formativos, mas como verdadeiros advérbios ou preposições, ainda assim não poderia prevalecer tal fato como argumento, a menos que com a noção de prefixo se derrocasse também a de sufixo, o qual, segundo a lingüística admite e por vezes claramente demonstra, procede também de expressão que a princípio se usou como palavra independente” (1966, p.229-30).

As concepções inovadoras do gramático se refletem em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (Ali, 1969). Assim é que, ao

listar os prefixos, destaca os de cunho erudito, embora não explicita os contextos de produtividade. Todavia, faz uma descrição pouco econômica, ao dar ilustrações cujos elementos mórficos não são transparentes, como *absolver*, *inocular*.

### **1.3 A prefixação no âmbito do Anteprojeto à NGB até as gramáticas pós-NGB**

O *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, contido em *A Nomenclatura Brasileira e sua Elaboração* organizado por Chediak (1960), inspirado nas inovações da lingüística moderna e nas lições de gramáticos ilustres como Said Ali, tinha em mira uma descrição gramatical científica e pedagógica. Na busca desses objetivos, o trajeto percorrido não ficou imune aos desencontros.

No que tange à estrutura vocabular, por exemplo, o *Anteprojeto* identifica ainda a raiz sob o ângulo histórico-semântico, como “o elemento fundamental e irredutível que contém o núcleo significativo comum às palavras de um grupo lingüístico” (Chediak, 1960, p.29). A conceituação de radical também é feita em bases semelhantes. O conceito de radical permanece tão marcado pelo enfoque diacrônico, que se contemplam inclusive as apofonias, como em: *fác-il*, *in-fec-to*, *su-ficiente*, *per-fei-ção*. Dão-se como exemplos de palavras cognatas: *acordo*, *recordar*, *cordial*, *discórdia*.

No tocante aos afixos, o *Anteprojeto* divide-os sumariamente em prefixos e sufixos, não apresentando maiores detalhes. Quanto à formação de palavras, persiste o caráter esquemático e classificatório, pois apontam-se simplesmente os dois processos principais: a derivação e a composição. O que a tradição separou o *Anteprojeto* uniu: a prefixação e a sufixação aparecem juntas, no fenômeno derivacional, o que se deve à influência de Said Ali.

O *Anteprojeto* foi alvo de várias críticas, entre as quais a de Chediak. O autor continua a distinguir a prefixação da sufixação, colocando o primeiro processo no âmbito da composição e o segundo, no da derivação. Porém, costumeiramente explícito em suas posições, omitiu-nos indispensáveis explicações para sua tese.

Torres fez também ressalvas ao *Anteprojeto*, tocando num ponto, aludente à sumária classificação do processo de formação vocabular

em derivacional e composicional (Chediak, 1960, p.92). Ele percebe que existem prefixos correspondentes a preposições, por oposição a outros que não ostentam tal correspondência.

Jucá Filho também, no respeitante ao prefixo, assevera que o *Anteprojeto* deveria esforçar-se por adotar um critério definidor do mesmo. Afirmar que a derivação por prefixação se dá a partir de elementos dêiticos, cuja origem remonta às preposições ou aos determinativos. Outro estudioso, Bem Veiga, é do mesmo parecer de Jucá Filho. Não analisaremos esta afirmação, pois isto já foi feito.

Em exposição mais densa, Elia mostra-se mais cauteloso quanto à inclusão dos elementos prefixais na derivação. Pondera que: "o prefixo contém simplesmente uma idéia geral menor em relação ao tema, sem implicações de ordem gramatical. Na técnica linguística se diz: o prefixo é um semantema, enquanto o sufixo é um morfema" (op. cit., p.235-6).

Como conseqüência do *Anteprojeto*, surge a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Nela se faz uma simples listagem dos constituintes vocabulares: raiz, radical, tema, afixo, desinência, vogal temática, consoante de ligação. São as gramáticas fundamentadas na NGB que esclarecem melhor os termos, embora apresentem dissonâncias.

Começamos nossa análise pela obra de Nascentes (1960), que deixa muito a desejar. Afirmar que os afixos e desinências participam da classe morfêmica, mas não define ou sequer caracteriza o morfema. O autor apenas opõe raiz a morfema nestes termos: aquela contém a idéia e este estabelece relação entre idéias. Perguntamo-nos que lugar estaria reservado aos afixos e o que o autor entende por idéia.

Ao referir-se à prefixação, mais exatamente à formação em que comparece um elemento ligado formalmente a preposição, como *entre*, afirma cautelosamente que o processo "raia pela composição". Daí resulta a dificuldade no delimitar fronteiras. Acaba, contudo, por colocar entre os geradores de derivação prefixal uma forma como *contra*. Elenca entre os prefixos as formas *bene* e *male* e suas correspondentes vernáculos *bem* e *mal*.

No mais, Nascentes oferece-nos um quadro de prefixos que está longe de obedecer a critérios de produtividade. Como se isso não bastasse, chega mesmo a mencionar as regras morfofonêmicas, que têm validade somente no latim.

Feita a análise da gramática de Nascentes, passemos à de Lima (1976), que oferece para os prefixos uma caracterização que peca por tautologia. Eles são, segundo o autor, morfemas destinados à formação

de derivados. Perguntemos o que são derivados e constataremos a *petitio principii* da aparente definição.

Lima (1976) é ciente da controvérsia em torno da prefixação e da composição. Mostra a divergência entre os diversos estudiosos a este respeito, mas, sem nenhum esclarecimento, o autor opta pela inclusão da prefixação na derivação.

Os critérios com os quais Lima tenta opor a prefixação à sufixação carecem de generalidade. Aquela ocorreria quando se anexassem às palavras constituintes correspondentes em regra a preposições e advérbios (extintos ou vivos). Os prefixos modificariam com mais precisão a base a que se adjungem, ao contrário dos sufixos, vazios de significação e que têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical. O que diria o autor ante exemplos como *arvoredo* e *alvorecer*, em que os sufixos têm marcados traços semânticos?

A propósito do prefixo, cujos contornos semânticos seriam em tese mais salientes, afirma o autor, como que retificando ou delimitando o alcance de suas palavras, que “tal norma se verifica na maioria dos casos, mas isto não quer dizer que ocorra universal e obrigatoriamente” (Lima, 1976, p.174). Para demonstrá-lo, recorre à tríade *exceder*, *preceder*, *proceder*, e declara a respeito dela que não entra nitidamente a idéia de *ceder* e nem se sente com clareza o que significariam os prefixos *ex-*, *pre-* e *pro-*.

Bechara (s. d.) mantém em essência a distinção que Lima (1976) opera entre prefixo e sufixo, reservando aos primeiros mais pronunciado conteúdo semântico.

Em Melo (1978), a concepção de afixo continua marcada pelo enfoque semântico, carente de operacionalidade, como a que comparece na maior parte das gramáticas normativas. Em nota à página 52, objeta contra a posição de muitos lingüistas que consideram a prefixação um tipo de composição, uma vez que, para ele, os prefixos são elementos sem vida própria na língua. Ele é do parecer de que a composição implica a junção de dois ou mais vocábulos que gozam de autonomia no seio da língua, de modo que se instaura um sentido novo, que transcende o dos vocábulos componentes, vistos de forma isolada. Não está explicitado o que se entende por vida autônoma. Ainda arrazoando, Melo (1978) acrescenta que a forma resultante da prefixação reflete a relação de parentesco, característica da derivação. A objeção é frouxa, carece de solidez. Na própria sufixação, tal relação pode ser constatada sem dificuldade.

Resta por fim fazer referência à gramática de Cintra & Cunha (1985). No estudo da derivação, os autores enriquecem o texto de observações e notas. Referindo-se à derivação prefixal, caracterizam os afixos iniciais como mais independentes que os finais, em virtude da filiação daqueles a preposições e advérbios, que têm ou tiveram vida autônoma.

Atenuando o alcance da afirmação acima, referente à correspondência entre prefixos e preposições ou advérbios, os autores julgam ser possível discernir as formações em que os prefixos são meras partículas, como *des-* em *desfazer*, daquelas constantes de elementos prefixais relacionados com palavras independentes (isto é, formas dependentes, em termos de Câmara Jr.), a exemplo de *contra-*, em *contradizer*, e *entre-*, em *entreatrir*. No primeiro caso haveria derivação, e no segundo, composição. Entretanto, retrocedem de suas posições críticas e acabam por considerar a prefixação em geral nos quadros derivacionais.

O que é marcante na gramática de Cunha & Cintra (1985) é a alusão ao fenômeno da recomposição, que os leva a postularem, segundo admitem, a existência dos pseudoprefixos ou prefixóides. Afirmam os autores a influência teórica de linguistas como Li Ching (1973), Jordan & Manoliu (1980), e Carvalho (1974). Cunha & Cintra se referem a estes autores como se ao termo *prefixóide* atribuissem uma conceituação unívoca.<sup>2</sup>

Por conta de todas essas imprecisões definicionais, as incongruências são inevitáveis. Num mesmo autor verificam-se contradições. Bechara (s. d.), por exemplo, quando trata da composição, refere-se a *bem* e *mal* como partícipes do processo. Quando trata da prefixação, tais elementos são tratados como afixos. As próprias denominações empregadas, *prefixos e elementos latinos*, *prefixos e elementos gregos*, já evidenciam titubeios no tratamento da questão, pelo uso do termo genérico *elementos*.

A introdução dos pseudoprefixos alterará significativamente o quadro. Introduzindo-se um novo elemento, a questão da formação de palavras se complica.

---

2 Para Li Ching (1973), pseudoprefixos são de introdução recente na língua. Para Jordan e Manoliu, são pseudoprefixos: elementos de posição inicial, que, oriundos de decomposição vocabular, guardam o sentido global da unidade léxica de origem; elementos de posição inicial, que têm forma reduzida contrastável com a forma plena de posição final; elementos que podem ocupar mais de uma posição no vocábulo. Para Carvalho, os pseudoprefixos se caracterizam pelo acento secundário no corpo do vocábulo.

## 2 O legado lingüístico: os diversos critérios na identificação do prefixo

### 2.1 O critério transformacional

A caracterização do prefixo, em perspectiva transformacional, já se delinea em Chomsky & Halle (1968). Separando a estrutura profunda da estrutura superficial, postulam que um dado item lexical, cuja classificação categorial é dada sintaticamente, se converte em prefixo na estrutura de superfície.

A impressão que nos dá é que Chomsky & Halle generalizam a concepção tradicional de que prefixos são afixos que antecedem a raiz. Acontece que ela não capta as intuições dos falantes acerca de formações do tipo  $N \Delta Adj$  ou  $Adj \Delta Adj$ : *amor-perfeito*, *político-partidário*, para cujos primeiros elementos a gramática tradicional nunca reconheceu a categoria de prefixo. Por outro lado, desconhece a possibilidade de um constituinte como *filo-* ocupar ora a posição inicial ora a posição final (ex.: *filocomunista*, *cinéfilo*). Isto sem mencionar o fato de que formas iniciais podem funcionar como vocábulos independentes, o que é reconhecido pelos próprios autores.

Chomsky & Halle, na verdade, não tratam prefixos e radicais com base em morfologia lexical. O propósito deles é abordar formações do tipo  $Prefix \Delta Rad$  em termos do ciclo transformacional da fonologia inglesa. Acabam assim por não oferecer contribuições práticas para o diferenciar formações radico-radicais de formações prefixo-radicais.

Em bases diferentes da de Chomsky & Halle, já que encampa teses da Semântica Gerativa, situa-se a proposta de Guilbert (1975), a qual representa, de forma significativa, as concepções transformacionais levadas às últimas conseqüências. O autor caracteriza o processo de adjunção prefixal nestes termos: o elemento afixal, considerado no nível da frase de base, não constitui jamais um dos elementos da relação predicativa, o sujeito ou o predicado; aparece sob a forma da preposição ou de um equivalente sintático, o advérbio.

O morfema prefixal se caracterizaria por maior separabilidade, representando destarte um elemento de construção mais autônomo. Guilbert (1975) toma como exemplos neologismos franceses prefixalmente formados (com *anti-* e *super-*, por exemplo), cujos afixos refletiam autonomia na escrita, pois passavam a ligar-se à base através de hífen.

Guilbert estende o fenômeno da parassíntese, fazendo-o abranger formações tradicionalmente tidas como prefixais, a exemplo de *intramuscular*, *supra-orbital* e *extracurricular*, provenientes respectivamente da *intra* + *músculo* + *ar*, *supra* + *órbita* + *al* e *extra* + *currículo* + *ar*. A justificativa é sintática: um adjetivo como *intramuscular*, por exemplo, no sintagma *injeção intramuscular*, seria a versão condensada de *dentro do músculo*.

De fato os prefixos tendem a uma autonomia que os sufixos não ostentam. Isto não se reflete apenas na escrita, pelo uso do hífen, a exemplo de *pré-operatório*, ou pela ausência do referido sinal gráfico, em algumas formações vistas por nós, como *mini escola*. O elemento prefixal pode ser separado do adjetivo, como é de constatar-se em exame *pré-* e *pós-operatório*. A coordenação chega a ocorrer entre prefixo e item lexical vernáculo, como se vê em *micro* e *pequenas empresas*. Podem acontecer inclusive empregos isolados do prefixo por toda a unidade léxica. Usa-se, assim, o *micro* em vez de o *microcomputador*.

É difícil, todavia, aceitar a concepção tradicional do léxico nos termos em que a põe Guilbert (cf. Chomsky, 1970, a propósito dos dois tipos nominais do inglês: os gerundivos e os derivados, e Basilio, 1980, que faz um apanhado crítico do critério transformacional). A concepção transformacional do léxico não dá conta dos processos lexicais sub-regulares nem de fenômenos como extensão e restrição semânticas.

Para *período pré-romântico*, poder-se-iam postular os sintagmas de base *período antes do (período) romântico* ou *período antes do romantismo*. No primeiro caso, admitir-se-ia apagamento do substantivo. Já no segundo, suprimir-se-ia o sufixo *-ismo* substituído *ad hoc* por *-ico*. Qual interpretação adotar? Em *luta antifascista*, apagar-se-ia o substantivo no sintagma *contra o regime fascista* ou se consideraria uma regra de truncamento do sufixo *-ismo* para posterior introdução do sufixo *-ista*?

Ao que foi dito supra, acrescenta-se a crítica de Bessa (1978, p.105), para quem as frases de base guilbertianas parecem estruturas *ad hoc*, isto é, não se adaptam ao nível de análise do francês. A frase de base da qual Guilbert (1975) deriva o item lexical francês *présalaire*, S |*salair*e| *est avant le salair*e, se comporta como uma estrutura intermediária noutro possível conjunto de transformações.

A tese de Guilbert não dá conta de compostos cujos componentes padecem de opacidade semântica, a exemplo de *mesa-redonda* e *quadro-negro*. Tampouco explica por que há prefixos que não correspondem semanticamente a preposições, como *pseudo-* ou *tri-*.

## 2.2 Propostas baseadas no critério da produtividade

### 2.2.1 Critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado

Martinet (1972) e Pottier (1962) lançam mão da estatística na investigação do processo de criação lexical. Concebem a produtividade em termos de número. O primeiro funda sua teoria nas unidades de primeira articulação a que chama monemas, divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas).

O discurso martinetiano a propósito dos afixos carece de univocidade. Em determinado trecho argumenta o autor: "não se trata de saber se é ou não possível contar exactamente os monemas susceptíveis de aparecerem em dado contexto, mas sim se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada tal que o número dos elementos que comporta não possa variar sem que daí resulte uma reorganização estrutural: não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como *-inho*, de formar substantivos a partir de substantivos tradicionais, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo sem lhes afetar o valor nem os empregos. Inteiramente diverso é o caso de sistemas como os do número ou do artigo em português, em cada um dos quais há apenas duas unidades opostas, de modo que, em caso de necessidade, se tem forçosamente de escolher entre singular e plural, entre definido e indefinido" (Martinet, 1973, p.137). Já em outro trecho, menos radical, assevera: "semanticamente pode resumir-se isso (isto é, a oposição entre modalidades e afixos) dizendo que o carácter dos afixos é mais central, menos marginal, que o das modalidades, donde decorre como corolário, no plano formal, que no grupo formado de lexema, afixos e modalidades, os afixos são geralmente mais centrais (quer dizer: contactam com o lexema) e as modalidades mais periféricas (isto é, separadas dos lexemas pelos afixos)" (op. cit., p.139).

Pottier (1962), partindo também de uma fundamentação estatística, chega a resultados diferentes dos de Martinet (1973). Ele reconhece os lexemas, "que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p. ex.: a partir de cinco mil em francês)", e os formantes,

“que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determinável (por exemplo: abaixo de cem)” (Pottier, 1962, p.95). Os prefixos estariam incluídos entre os formantes.

Parece pouco convincente a posição de Pottier. Galery (1969) bem assinala: “embora a classificação de Pottier (1962) nos pareça mais concreta e objetiva, é preciso admitir que os prefixos se acham de tal modo no limite entre o léxico e a gramática, que variam de um para outro campo conforme o ponto de vista de que são considerados, ainda por lingüistas de orientação semelhante” (Galery, 1969, p.32).

Se tomarmos em consideração a oposição entre inventário ilimitado e inventário limitado, que não é o mesmo que série fechada, os prefixos serão postos fora do domínio do léxico. Cremos todavia que, considerando o traço série aberta x série fechada, o prefixo ficaria mais realisticamente situado no domínio entre o léxico e a gramática. Enquanto o número de artigos, por exemplo, não dá sinais de crescimento, o número de prefixos tende a aumentar, embora não em igualdade de condições com as unidades lexemáticas. Lexemas e afixos têm igualmente em comum o fato de se combinarem para formar novas unidades no léxico.

Mas voltemos a Pottier (1962), cuja teoria interessa em particular, pois serviu de ponto de partida para vários estudos. Ele chegou a uma tipologia prefixal, que apresentamos a seguir: a) zona 1: morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: *multimilionário*, *super-homem*, *bidimensional*; b) zona 2: morfemas gramaticais quantitativos integrados, como *in-* negativo, em *indescritível* e *re-*, em *refazer*; c) zona 3: morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: *sobrecarregar*, *encaixar*, *desmontar*.

A prevalecerem as bases semânticas, podemos enquadrar na Zona 3 exemplos como *superpor* e *interpor*, porque os morfemas iniciais equivalem a relatores, no plano do conteúdo. Indagamos como seriam tratadas as formações em que os elementos iniciais equivalentes a relatores têm valor quantitativo, a exemplo de *sobrevalorização*.

O quadro de Pottier (1962) reflete perfeitamente a fragilidade de uma teoria cujo suporte é a produtividade, aliada a considerações de ordem semântica um tanto inconsistentes. É de destacar-se uma premissa inteiramente descabida, segundo a qual Pottier diferencia o prefixo do sufixo, nos seguintes termos: o primeiro estabelece subordinação e o segundo, coordenação (Pottier, 1962, p.11). Para ele, uma formação como *belíssimo* equivale a *belo*, *belo*. Admitindo como verda-

deira semelhante tese, é impossível explicar satisfatoriamente formações como *superfeliz* e *ultra-rápido*, em que os elementos iniciais configuram superlativo.

Terminemos esta secção, procedendo a um comentário geral sobre o critério ora em tela, comum aos autores aqui estudados. Ele deve ser meio auxiliar para a identificação das unidades lingüísticas. “Adotando-se o critério da produtividade, como assinala Bessa (1986) poderíamos, igualmente, dizer que o elemento *porta-*, em *porta-bandeira*, se comporta como prefixo, porque recorre em número razoável de palavras do mesmo tipo” (Bessa, 1986, p.225).

### 2.2.2 O critério da formação em série

Não obstante a fragilidade do critério da produtividade, ele é adotado em diferentes versões, como esta de Galery, segundo a qual “é prefixo tudo aquilo que se comporta como prefixo, isto é, que entra num número razoável de palavras, como elemento formador” (Galery, 1969, p.35-6).

Sandmann (1989) adota também a produtividade, em termos de número, como critério. Para ele, prefixos e sufixos são formas presas, através das quais se podem formar palavras em série. Contudo, estabelece outros parâmetros, que merecem consideração à parte: a) prefixos se unem a um radical na condição de adjuntos adnominais ou adverbiais; constituem o determinante da palavra complexa engendrada e não mudam a classe da palavra da base; b) os sufixos, com exceção dos indicadores de grau, mudam a classe da palavra a que se adjungem; ao fazê-lo, constituem-se no determinado do produto da formação de palavras. Para o autor, prefixação e sufixação se opõem nestes termos: a primeira tem função primordialmente semântica e a segunda, função principalmente sintática.

Procedamos à análise, item a item. Admitir que *re-* ou *pre-*, em *rever* e *prever*, por exemplo, assumem função (que é da sintaxe) de adjuntos adverbiais, só faz sentido se, ao procedermos à conversão sintática, verificarmos a equivalência no plano do conteúdo. As mesmas formas podem inclusive assumir valores distintos, conforme sua ocorrência em outros contextos: *re-*, em *releitura*, significa “nova”; *pré-*, em *pré-estréia*, significa “anterior”. Em recorrendo ao plano do conteúdo, podemos dizer que o sufixo de grau, presente em *belíssimo*, também equivale a um adjunto adverbial de intensidade, no caso, “muito”. Seu

valor semântico equivale inclusive ao de prefixos intensivos, como *super-*, em *superbello*.

As noções de determinado e determinante deixam de ser gramaticais para serem semânticas. De um prisma nocional, em *desejoso*, a idéia principal se sediaria no sufixo e não no radical. Em *prever*, por sua vez, a noção determinada se encontra no radical. Morficamente, contudo, em qualquer caso, o determinado coincide com o radical primário.

Quanto ao sufixo, há que se fazer alguns reparos. Primeiro: existem, conforme já salientado, sufixos não-transcategorizadores, que não apenas os de grau, a exemplos de *-edo*, em *arvoredo*, *-ado*, em *mestrado* e *consulado*. Segundo: Sandmann (1989) lança mão de meios equivocados para manter incólume a premissa de que o sufixo muda a classe da palavra. Assim, em *marmeleiro*, postula que o afixo final *-eiro*, por fazer da fruta uma árvore, muda a subclasse da palavra, embora não lhe mude a classe. O modo de conduzir a argumentação é confuso, uma vez que opõe classe, conceito gramatical, a subclasse, conceito de ordem semântica. É notório que a classe permanece a mesma em ambos os casos, tanto na base derivante quanto na base derivada. Seria bom saber como o conceito de subclasse explicaria formações do tipo *livraria*, *arvoredo*, *consulado*, *sapateiro*. Não se trata de exceções quaisquer, mas de casos que devem ser considerados, devido a sua extensão.

Vale salientar, em termos gerais, a seguinte ressalva crítica, feita por Basílio (1991), na qual investe contra os diversos critérios de produtividade, entre os quais o da formação em série, pois “não servem para decidir a questão prefixo/forma de composição, já que qualquer formação regular tem potencial indeterminado de recorrência e a frequência de uso, portanto, não pode se constituir em critério sólido de caracterização de unidades e fronteiras lexicais” (Basílio, 1991, p.73).

### **2.3 O critério semântico-gramatical de Câmara Jr.**

Um dos estudiosos que exerceu notável influência no pensamento de Câmara Jr. (1977) foi Vendryès (1950), que cunhou os termos *semantema* e *morfema*, sendo o primeiro relacionado com os elementos lingüísticos que exprimem idéias e representações, e o segundo, concernente aos elementos que expressam relações entre idéias

(Vendryès, 1950, p.85).<sup>3</sup> Dentre os morfemas, para Vendryès, se destacam os afixos, ao lado das desinências, dos morfemas de alternância e de posição. Em outras palavras, o ponto de partida é a oposição entre significação lexical e significação gramatical, entre semantema e morfema, embora destacasse, e com razão, que a dicotomia pode induzir a julgar que apenas o primeiro tem significado.

Diferentemente todavia do seu mestre Vendryès (1950), Câmara Jr. classificou os prefixos como semantemas subsidiários e não como morfemas. Advém daí uma aporia: se as preposições são definidas como vocábulos que servem de morfemas de relação, conforme o verbete "Preposição", no *Dicionário de Filologia e Gramática*, de que modo é possível identificar nos prefixos, cuja natureza seria a mesma da preposição, valor semantemático?

Não é compreensível igualmente generalizar a oposição entre prefixo e sufixo, atribuindo-se a este último a condição de entidade desprovida de conteúdo, ou, quando muito, menos provida de sentido que os prefixos. A propósito disto, vale a pena nos referirmos a Sandmann, que contesta as afirmações de Bechara e Lima, conforme as quais os sufixos são assemânticos. Ele mostra que, do ponto de vista nocional, sufixos (pelo menos alguns) exibem nítido valor semantemático. Para tanto, compara as séries alemã e francesa de formações vocabulares e verifica que os sufixos franceses correspondem, semanticamente, a radicais alemães.

Em outra obra (1976), no capítulo sobre ampliação e renovação lexical, Câmara Jr. alude explicitamente ao prefixo como elemento de composição. Reconhece assim o autor, em português, de modo realístico, três grupos de formas prefixais: a) as que funcionam como preposições e prefixos; b) as que são variantes eruditas das preposições; c) as que são exclusivamente prefixos.

O pensamento de Câmara Jr., lamentavelmente, não se mantém coerente. Se atentarmos para o verbete "Prefixo", do *Dicionário de Filologia e Gramática*, veremos que o autor persevera na idéia de que o afixo inicial é variante presa das formas dependentes chamadas preposições. E mais: atribui a ele o poder de acrescentar uma significação externa à palavra a que se adjuge, sendo por isso classificável como elemento de composição.

---

3 Parece-nos que os termos com que Vendryès estabelece a diferença entre os dois tipos de significação não são felizes. Preposições como *contra*, *sobre* ou *sob* operam relações entre idéias, mas também apresentam contornos semânticos, nítidos por sinal, se comparados aos das preposições *de*, *em*, *por*. Destaque-se ainda que o fato de estabelecer relação entre idéias não impede que os morfemas também apresentem idéias, oriundas da relação.

## 2.4 Propostas baseadas na operacionalidade do conceito de raiz

### 2.4.1 A proposta de Nida

Nida (1949, p.83-4), na perspectiva distribucionalista, estabeleceu os conceitos de determinante e determinado a partir de critérios formais. Apoiava-se nos conceitos de: a) *raiz x não-raiz*; b) *raiz x radical*; c) *núcleo x não-núcleo*; d) *núcleo x periferia*.

Os conceitos de núcleo e periferia levam ao de constituintes imediatos, no interior da lexia. Eles determinam que se obedeça à ordem de expansão dos radicais. Uma análise como *des + co-br + i + ment + o*, por exemplo, não seria exemplar, mas sim: a) descobriment (N) + o (P); b) descobr (i) N + ment (P); c) des (P) + co-br (N). Segue-se como corolário que os conceitos de núcleo e periferia são relativos. Deste modo, pode haver mais de um núcleo e de uma periferia.

De acordo com a noção de constituintes imediatos, os afixos são elementos determinantes em relação ao radical, que é o elemento nuclear. Quem adota o ponto de vista semântico pode chegar a resultados diferentes. Assim, em *saleiro*, que se converte sintaticamente em *recipiente para sal*, o sufixo carrega a noção mais importante e, por isto, é o determinado. Já em *prever*, que se desdobra em *ver com antecedência*, o prefixo é o determinante. Os fundamentos semânticos, neste último caso, conduzem ao mesmo resultado do princípio dos constituintes imediatos.

Os estudos de Nida (1949) são, porém, ainda preliminares, mesmo vagos, com respeito à identificação da raiz e dos afixos. O lingüista norte-americano, por exemplo, mistura fatos de língua e contigência de discurso, sincronia e diacronia, ao asseverar não ser sempre fácil distinguir raízes de não-raízes. Exemplifica-se o primeiro caso com *-ism*, que Nida afirma ser não-raiz em *fatalism* e *comunism*, e raiz em uma frase como *I'm disgusted with all these isms* (Estou aborrecido com todos estes ismos). Ilustra-se o segundo caso com *like*, que Nida considera ser raiz que se tornou não-raiz, através da forma presa *-ly*.

Não vemos dificuldade alguma em classificar o primeiro exemplo entre os casos de conversão (ou de derivação imprópria da gramática tradicional). O segundo ainda é mais simples: *-ly* é sincronicamente sufixo.

Nida dá como exemplo de raiz o elemento *cran* (de *cranberry*). O lingüista tem-no como raiz porque ocuparia a posição própria de raiz. Bessa (1986, p.235) detecta aí dois problemas: a) imprestabilidade de

*cran* como morfema de ocorrência única, já que aparece, segundo testemunho de Akmajian e outros (apud Bessa, 1986, p.233) em outros itens lexicais: *cranicot*, *cranprune*, o que evidencia não mais ser *cran* caso de *hápax legómena*; b) a extensão indevida do conceito de raiz a elementos de ocorrência única.

A proposta de Basílio (1974) surge então para aclarar e reparar pontos obscuros da de Nida (1949). Outros autores, aqui citados, nada mais fizeram senão perseverar na mesma trilha por ela indicada.

#### **2.4.2 A proposta de Basílio e seus desdobramentos**

Basílio (1974) julga necessário introduzir os seguintes critérios operacionais: a) são raízes os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada; b) são raízes os elementos que servem de base para a formação de derivados. O critério de número 1, encarado em seus aspectos puramente mecânicos, leva-nos a concluir que *contra*, em *contra-atacar*, é raiz (ou radical, no caso), porque pode ser empregado como forma livre. Mas como bem observou Carvalho (1974), em nota de pé de página, a propósito de um exemplo em francês, *contredire*: "a formulação << plusieurs préfixes fonctionnent comme mots indépendents >> é evidentemente infeliz, porque a identidade material de *contre-* em *contredire* e *contre-* em << agir contre quelqu'un >> não implica identidade significativa (tratando-se pois nos dois casos do mesmo significante em funções diversas) e muito menos que o segundo *contre-* seja o prefixo em função de preposição" (Carvalho, 1974, p.548).

Tal parecer é admitido por Sandmann (1989), que, considerando a identidade formal entre certos afixos e preposições, prefere classificar os primeiros como prefixóides, enquadrados no fenômeno da semiderivação. Em suma, os elementos correspondentes a preposições não são raízes, porque estamos falando de funções distintas. No plano lexical *contra-*, em *contra-atacar*, não tem o caráter de morfema relacional. Admite também o autor, a partir do confronto entre forma livre e forma prefixada, que *bem-* e *mal-*, bem como *não-*, são prefixoidais.

As teses de Basílio (1974) não deixaram de ter repercussão. Monteiro (1991, p.28-30), por exemplo, as admite. Para ele, *extra* e *contra*, por serem usados freqüentemente como formas livres na atual sincronia do português, foram promovidos à condição de raiz. Já fizemos comentários a respeito de *contra*. Quanto a *extra*, há que objetar-se que, no contexto lexical, ocorre pré-adjetivamente, a exemplo de *extraterrestre* e *extra-oficial*. Isto não ocorre com a forma livre *extra*.

Monteiro (1991) também admite o critério de número 2. Em virtude deste, *super-* é raiz porque daí resulta *superar*. Pergunta-se quem tem consciência da relação entre *super* e *superar* a não ser o conhecedor da diacronia do português.

No que concerne à coerência, Monteiro (1991) deixa a desejar, diferentemente do que ocorre com Basílio (1974). Em um e outro passo, diverge das sugestões da autora, quando sugere que *sobre*, *contra* e *perante*, por serem verdadeiros núcleos de significação, em oposição a outras preposições, como *de* e *a*, devem ser raízes. O argumento aí deixa seu cunho operacional e assume caráter semântico.

É Bessa (1986, p.236-43) que, acatando os dois critérios de Basílio (1974), oferece-nos balizas mais tangíveis, às quais acrescenta uma terceira: a mobilidade distribucional. Segundo este critério, *filo* é radical por poder ocupar posições diversas no corpo do vocábulo. *Filo* aparece na primeira posição, em *filocomunista*, e na última, em *francófilo*; *fono* assume a primeira posição em *fonógrafo* e a última em *hipnofono*. Por isto, *filo* e *fono* são raízes.

### 3 Conclusão

De todo o exposto, podemos concluir o seguinte relativamente ao nosso assunto: a) não basta simplesmente o critério da posição para caracterizar os prefixos, uma vez que radicais também podem ocupar a primeira posição; b) o critério transformacional não se presta a identificar os prefixos, conforme argumentação feita na secção pertinente deste trabalho; c) o critério da produtividade, em suas diferentes versões, não constitui parâmetro para nós, porque é exterior ao fato lingüístico; d) o critério morfossemântico, de Câmara Jr., sobreleva o valor semântico do prefixo, alçado à condição de semantema subsidiário. Ademais, a afirmação de que os prefixos são variantes presas das formas chamadas preposições é objetável, porque o prefixo e o conectivo preposicional a ele formalmente relacionado ostentam diversos privilégios de ocorrência. Por outro lado, nem sempre tal correspondência se verifica; e) quanto aos critérios baseados na operacionalização do conceito de raiz, há que se destacar o seguinte: para nós, não basta haver pura e simples correspondência em forma no contexto vocabular e forma livre ou dependente. Deverão ser levadas em conta diferenças distribucionais entre uma dada forma no enunciado e no vocábulo. Todavia, cremos ser de destaque o terceiro critério, relativo à mobilidade distribucional.

Isto posto, julgamos ser possível caracterizar o prefixo típico como elemento mórfico de posição estritamente inicial, sem correspondência formal com nenhum item léxico e sem possibilidade de constituir base de derivação. Isto se aplica a *des-* e a *re-*, por exemplo, mas não a *auto*, que engendra *autismo* e *autista*. Tampouco se aplica a *filo*, dotado de mobilidade distribucional, a exemplo de *filocomunista* e *cinéfilo*.

Constituem também prefixos de comportamento idiossincrático aqueles que correspondem formalmente a itens lexicais, destes se distinguindo por diferença quanto aos privilégios de ocorrência: *contra-* (*contra-atacar*), *não-* (*não-ocorrência*), *mal-* (*malformação*) e/ou funcionam por braquissmia: *vice-* (em lugar de *vice-presidente*); *ex-* (em vez de *ex-marido*); *intra-* (em *intra* e *interpartidário*), por exemplo.

DUARTE, P. M. T. The prefix and its several approaches. *Alfa* (São Paulo), v.42, n.esp., p.33-56, 1998.

- **ABSTRACT:** *This paper aims to present in a critical way the different approaches concerning prefixes, in the traditional grammars and in books based on linguistic perspectives. As to these ones, we focus on the following parameters: transformation, productivity, prefix-preposition correspondence, operative perspective. After presenting these different points of view, we conclude that they are not enough by themselves to identify prefix. It is convenient to recognize the existence of typical prefixes, such as in-, re- and des-, and of non typical ones, such as sobre- and contra-, characterized by formal, not distributional correspondence to free forms and/or by brachysemic use.*
- **KEYWORDS:** *Radical; root; prefix; suffix; distribution.*

## Referências bibliográficas

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencia, 1871.

- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Organização de José Pedro Machado. Lisboa: s. n., 1957.
- BASÍLIO, M. Operacionalização do conceito de raiz. *Cadernos da PUC*, v.15, p.89-94, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Produtividade, função e fronteiras lexicais. *Anais da ANPOL*, v.5, p.70-3, 1991.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, s. d.
- BESSA, J. R. F. *Para um estudo sobre nomes compostos no Português Atual*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. *A composição nominal e a adjetival: problemas e métodos*. Rio de Janeiro, 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. São Paulo: Iozon, 1968.
- \_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CARVALHO, J. G. H. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974. v.1.
- CHEDIAK, A. J. (Org.) *A nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Direção do Ensino Secundário, 1960.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: \_\_\_\_\_. *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn, 1970.
- CHOMSKY, N., HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CUNHA, C. F., CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ECKFURT, T. *Gramática especulativa*. Traducción de Luís Forré. Buenos Aires: Losada, 1947.
- GALERY, I. V. *Os prefixos intensivos em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- ORDAN, I., MANOLIU, M. *Manual de lingüística românica*. Madrid: Gredos, 1980.
- LI CHING. Sobre a formação de palavras com prefixos no português actual. *Boletim de Filologia*, n.22, p.3-100, 1973.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

- MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.
- MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1991.
- NASCENTES, A. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- NIDA, E. *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.
- OTTICICA, J. *Manual de análise: léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958.
- OLIVEIRA, F. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva da língua portuguesa: Curso Superior*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943.
- POTTIER, B. *Systématique des éléments de relation*. Paris: Klincksieck, 1962.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Clássica & Alves, 1893.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- SANDMANN, A. J. *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor Ícone, 1989.
- VENDRYÈS, J. *Le Language*. Paris: Albin Michel, 1950.